

## Identidade, política e a teoria da escolha racional

Fábio Wanderley Reis

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

REIS, FW. *Mercado e Utopia* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Identidade, política e a teoria da escolha racional. pp. 60-83. ISBN: 978-85-99662-79-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# IDENTIDADE, POLÍTICA E A TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL<sup>1</sup>

## I

A discussão que pretendo realizar pode ter como ponto de partida a distinção estabelecida por Giovanni Sartori entre dois sentidos diferentes em que a expressão “ideologia” é frequentemente usada<sup>2</sup>. O primeiro é o sentido que lhe é atribuído nos trabalhos de sociologia do conhecimento: trata-se aí do conjunto difuso de valores, crenças ou ideias de qualquer tipo que se associam a determinada configuração de condições sociais gerais (posição de classe, época, nacionalidade) e que vêm a constituir a visão do mundo das pessoas. O segundo sentido é o que a palavra adquire usualmente quando se trata de “ideologia política”: aqui, dá-se ênfase à noção de um conjunto estruturado e coerente de ideias, que encerra como dimensão saliente a de estar destinado a servir de guia para a ação política. Percebe-se que um ponto relevante no contraste entre as duas noções de ideologia consiste, assim, no fato de que a primeira se refere a algo que é, em ampla medida, um *dado* da situação social dos agentes individuais ou coletivos, enquanto a segunda, referida como se acha à ação política, destaca um componente voluntário e eventualmente *lúcido* do comportamento daqueles agentes. Levada um pouco adiante a intuição aí contida, a distinção permite falar de um contraste entre o *social* em geral, tomado como a esfera do dado, do substrato, do adscrito, e o *político*, tomado como a esfera do voluntário e do deliberado.

Isso remete de imediato à questão da racionalidade dos agentes sociopolíticos. Assim, não é casual que a sociologia do conhecimento, recorrendo à noção de ideologia para indicar os elementos socialmente dados da visão do mundo dos indivíduos e grupos, destaque também as distorções produzidas pela operação de tais elementos no que diz respeito, de maneira especial, à percepção da própria realidade social. Por contraste,

---

<sup>1</sup> Trabalho preparado inicialmente para o seminário “Rationality, Identity and Interest”, realizado no Inter-University Centre, Dubrovnik, Iugoslávia, de 17 a 28 de março de 1986, e posteriormente publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no. 6, vol. 3, fevereiro de 1988.

<sup>2</sup> Giovanni Sartori, “Politics, Ideology and Belief Systems”, *American Political Science Review*, vol. 63, n. 2, junho de 1969.

a imagem do agente político envolvida no recurso à noção de “ideologia política” é antes a de um agente racional, capaz de estruturar coerentemente um universo político complexo e de decidir de forma consequente diante de qualquer problema específico com que se defronte naquele universo.

Como é bem claro, quando empregado no sentido da sociologia do conhecimento, o termo ideologia sugere a dificuldade de se alcançar a “descentração” intelectual e cognitiva que, no trabalho de Jean Piaget sobre o processo de desenvolvimento intelectual, aparece como característica das fases maduras daquele processo<sup>3</sup>. No vocabulário de Piaget, ideologia, nesse sentido, é sinônimo de “sociocentrismo”, isto é, a imersão em certo grupo ou coletividade e a adoção ingênua da perspectiva que lhe é própria, fenômeno este que é a contrapartida sociológica do egocentrismo correspondente às fases iniciais do desenvolvimento no plano do indivíduo. Quanto à concepção da ideologia política, pode-se provavelmente apontar também, em seu uso na sociologia política, a presença de certo ingrediente mais ou menos importante de sociocentrismo. Mas o impulso principal da noção de ideologia política dirige-se antes na direção oposta, estando ligado à suposição de que a descentração cognitiva e intelectual pode efetivamente ser alcançada na esfera da ação política e através da ação política. Este é o caso, em particular, dos efeitos atribuídos ao aparecimento e à penetração de uma ideologia política entre os membros das classes subordinadas no que diz respeito às chances de que estes venham a escapar precisamente do controle difuso das ideologias dominantes.

Isso nos permite transitar para breve discussão da ideia de racionalidade e de suas conexões com várias categorias que correspondem a temas salientes nesta área de estudos. Não haverá maior preocupação de explicitar os vínculos bastante óbvios que algumas das ideias abaixo apresentam com o trabalho de diferentes autores<sup>4</sup>. Procurarei apenas situar certas posições analíticas de maneira tão sucinta quanto possível.

---

<sup>3</sup> Veja-se, por exemplo, Jean Piaget, *Estudos Sociológicos*, Rio de Janeiro, Forense, 1973, especialmente os ensaios “A Explicação em Sociologia” e “As Operações Lógicas e a Vida Social”.

<sup>4</sup> Dois nomes, contudo, merecem destaque a respeito, os de Jürgen Habermas e Jon Elster. Vejam-se, por exemplo, Jürgen Habermas, *The Theory of Communicative Action*, vol. I, Boston, Beacon Press, 1984; e Jon Elster, *Ulysses and the Sirens*, Londres, Cambridge University Press, 1979.

Começamos pela proposição de que a racionalidade inevitavelmente *supõe* a intencionalidade – proposição esta que, acredito, terá de ser admitida mesmo por aqueles que se empenham por evitar a identificação ou assimilação recíproca das duas categorias. O postulado que dá ênfase ao caráter intencional do comportamento humano parece ser muito mais amplamente compartilhado do que o que destaca seu caráter racional, pelo menos se os consideramos enquanto postulados adotados explicitamente pelos autores. Não obstante, a importância da intencionalidade como suposto orientador nas ciências sociais se encontra claramente ligada com a restrição da intencionalidade ao comportamento (à ação) de um agente que seja *autonomamente* capaz de avaliar a efetividade desse comportamento enquanto orientado para a realização de objetivos, ou que seja capaz de avaliação autônoma das conexões entre seus objetivos e os meios de que dispõe. Pois admitir a ideia da busca de objetivos sem essa autonomia redundaria em reduzir a ação intencional às condições próprias do comportamento estimulado ou condicionado, em que o *sujeito* atuante desaparece como tal. O que isso significa é que a intencionalidade tem um inevitável componente cognitivo, implicando o processamento de informações. Em outras palavras: contrariamente ao alcance supostamente maior da intencionalidade com respeito à racionalidade, *intencionalidade implica racionalidade*. Naturalmente, será possível falar de *graus* de racionalidade de acordo com o volume de informações processadas; mas isso não interfere com a ligação entre a racionalidade e a efetividade ou eficácia de uma ação intencional na busca de seus objetivos, pois é através do incremento da possibilidade de eficácia que maior processamento de informações vem a significar maior racionalidade.

Daí podemos passar a diversas ideias sobre os vínculos entre racionalidade, de um lado, e conhecimento e ação, de outro.

1. A racionalidade é necessariamente o atributo de uma *ação* – ou, por extensão, do sujeito que age, na medida em que se possa supor que suas ações serão racionais. Se não há ação, não há tampouco um problema de racionalidade.

2. Esse atributo tem a ver sobretudo com a *eficácia* da ação, a qual se acha diretamente relacionada com o controle e o processamento de *informação* relevante.

3. A busca de conhecimento pode ela própria ser vista como um tipo de ação cujo objetivo é adquirir informação ou aumentá-la. Sua eficácia estará associada com a criação pelo(s) agente(s) das condições que levam àquele objetivo, donde os requisitos de abertura, descentração, disposição de comunicar e intercambiar e de permitir que a informação presumida seja intersubjetivamente controlada como condição de sua “objetividade”. Estamos aqui no reino da ação comunicativa – mas é crucial não esquecer ou minimizar que ela tem a sua própria instrumentalidade.

4. Outros tipos de ação, por contraste, apesar de exigirem o processamento de informação como condição de eficácia, como se dá com qualquer ação, exigem também algum grau de fechamento, decisão, firmeza ou engajamento, o que equivale a dizer que os fins ou objetivos da ação devem estar estabelecidos de maneira suficientemente clara e consistente, ou a busca de objetivos ou intencionalidade como tal será impossível. Isso significa que o processamento de informações, em tais casos, tem de se referir não somente ao ambiente imediato como tal, mas também ao próprio sujeito atuante, seus objetivos ou “preferências” e sua consistência através do tempo, as relações entre os objetivos de longo prazo e de curto prazo, os custos para a possibilidade de eficácia na perseguição de certo objetivo que podem decorrer da postergação da ação correspondente e do empenho de se permanecer aberto e “descentrado” no interesse de aumentar a informação relevante, e assim por diante.

5. Um desdobramento dessa linha de considerações diz respeito às relações entre abertura intelectual e a própria ideia de caráter ou identidade. Por um lado, esta última claramente implica um importante componente de fechamento e engajamento,<sup>5</sup> de fidelidade a certos objetivos orientadores que pertencem, de alguma forma, *autenticamente* ao sujeito que age, o que significa

---

<sup>5</sup> Veja-se o seguinte aforismo de Nietzsche em *Além do Bem e do Mal*: “Uma vez que a decisão tenha sido tomada, fecha os teus ouvidos mesmo ao melhor argumento contrário: sinal de um caráter forte. Assim, uma disposição ocasional à estupidez.” Friedrich Nietzsche, *Beyond Good and Evil*, Nova York, Vintage Books, 1966, p. 84.

sobretudo que tais objetivos revelam afinidades com traços de sua personalidade que lançam raízes em seu passado profundo e em sua memória e lhe são largamente dados ou mesmo impostos. É crucial assinalar, relativamente à questão da racionalidade, que a presença desse componente de engajamento e rigidez não só não importa por si mesma em irracionalidade, mas deve mesmo ser vista como uma condição de racionalidade em certos contextos importantes<sup>6</sup>. Mas, por outro lado, para que seja este o caso é também necessário que um elemento de deliberação e vontade *esclarecida* venha a afirmar-se no próprio empenho de ser fiel a si mesmo; a questão da autenticidade tem ela própria de decidir-se de maneira *reflexiva*, e deve necessariamente existir a capacidade de *aprender* sobre si mesmo (e ocasionalmente de mudar-se a si mesmo) se se quiser que a auto-afirmação autêntica não venha a confundir-se com o comportamento cego de um autômato, mas corresponda à ação efetivamente autônoma e racional. Por outras palavras, deve haver a possibilidade de *escolher-se* a si mesmo, ainda que as restrições quanto a essa possibilidade sejam parte da ideia de caráter ou identidade.

6. Em suma, a questão da racionalidade gira em torno da tensão contida na noção de *ação informada*: agir implica fechamento, engajamento, objetivos claros e consistentes (persistentes); a obtenção e o processamento de informações implicam abertura, disponibilidade, distanciamento. Tudo parece reduzir-se, assim, à inevitável dialética entre “autocentrismo” e “descentração” que se acha implícita naquela noção<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Cf. Elster, *Ulysses and the Sirens*.

<sup>7</sup> Talvez valha a pena ligar essa discussão com o tema do livro *As Paixões e os Interesses*, de Albert Hirschman (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979). Não obstante os vários matizes nos significados e nas relações de “paixões” e “interesses” no capítulo de história intelectual explorado por Hirschman, o elemento principal do contraste entre ambos que emerge de sua análise parece consistir precisamente no fato de que vamos encontrar nos interesses melhor equilíbrio entre “autocentração” (impulso motivacional, determinação na busca de um objetivo) e “descentração” (distanciamento cognitivo) do que nas paixões. Assim, é adequado falar de algo como o “melhor interesse” de alguém (em inglês é usual a expressão “considered interest”), que implica, naturalmente, uma atitude de avaliação sóbria e informada. De um ponto de vista distinto, porém, podem fazer-se algumas observações que vão em direção diferente. Em primeiro lugar, a noção de interesse é também correntemente

## II

O elo entre a ideia de racionalidade e a ideia de ação autônoma se desdobra, se considerado de certo ponto de vista, em algumas perspectivas epistemológicas de relevância para questões importantes no confronto entre a abordagem da “escolha racional” e a abordagem “convencional” ou sociológica na ciência social da atualidade. A ideia principal é a de que se, por um lado, a autonomia se encontra inevitavelmente na raiz da racionalidade dados os requisitos cognitivos daquela (bem como os requisitos “ativos” desta), e se a ação autônoma fornece assim a pedra fundamental de qualquer intento de apreender cognitivamente e estruturar analiticamente a realidade social e humana (ou mesmo a realidade “objetiva”, na verdade); por outro lado, a ação autônoma é também, do ponto de vista das ciências humanas e sociais, o fator decisivo a responder pela ocorrência da característica fortuita e imprevisível na esfera do comportamento humano – e coloca também, portanto, o principal desafio com que tais ciências devem lidar.

As consequências para a presente disputa entre as abordagens sociológicas e da escolha racional podem ser apreciadas se tomamos a intrigante simetria de uma acusação que as duas se fazem reciprocamente, a qual aparece, por exemplo, em dois artigos da autoria de Barry Hindess e Adam Przeworski. Assim, Hindess acusa o modelo da escolha racional de aderir a um postulado de “homogeneidade”, como resultado do qual “formas estilizadas de cálculo racional são definidas como correspondendo a todos os atores dentro de cada categoria de atores reconhecida no modelo”<sup>8</sup>. De acordo com Hindess, os atores “geralmente têm razões para

---

usada para salientar justamente o aspecto de “autocentrção”, ligando-se com frequência a egoísmo e parcialidade. Em segundo lugar, o forte impulso motivacional que se supõe ser inerente ao comportamento “passional” pode redundar em fator propício a uma forma inteiramente “instrumental” de perseguir os objetivos, como as novelas de amor ilustram abundantemente. Por último, embora isto seja talvez menos relevante se considerado do ângulo específico da abordagem de Hirschman a respeito do assunto, não há razão para opor “paixão” e “interesse” – como frequentemente sugerido no uso corrente das palavras – de acordo com a natureza intrínseca dos objetivos almejados: é possível, por exemplo, ser totalmente passional a respeito de bens materiais, bem como “distanciadamente” interessado a respeito de bens de outro tipo.

<sup>8</sup> Barry Hindess, “Rational Choice Theory and the Analysis of Political Action”, *Economy and Society*, vol. 13, no. 3, p. 263.

suas ações, mas não há porque supor que a forma de raciocínio envolvida deva ser a mesma para todos os eleitores, todos os partidos ou todos os empresários”, suposição esta que implicaria um “determinismo estrutural”<sup>9</sup>. Curiosamente, Przeworski, que toma posição ao lado do individualismo metodológico e da “concepção do comportamento como ação intencional e estratégica” por contraste com “a concepção psicossociológica do comportamento como execução de normas interiorizadas”, acusa os funcionalistas (cujo modo de explicação ele sustenta ter sido adotado pelos marxistas na prática) de ver “todo comportamento individual como um ato de execução da sociedade interiorizada, com a implicação de que todas as pessoas expostas às mesmas normas e valores deveriam agir da mesma maneira”. Especificamente, os marxistas “satisfizeram-se com a crença intuitiva de que as pessoas executam (*act out*) suas posições de classe”, julgando, de qualquer forma, que o que é importante na história acontece “ao nível das forças, estruturas, coletividades e condicionamentos”, e não ao nível dos indivíduos<sup>10</sup>.

Ora, o que quero propor a respeito é que essa simetria pode ser vista como a expressão equívoca de um problema epistemológico que cada uma das posições contrastantes não pode pretender resolver por si mesma. O suposto de “homogeneidade” que cada campo apresenta como uma acusação dirigida ao outro corresponde a inarredável necessidade associada à inclinação nomológica inerente a qualquer esforço de construir uma *ciência* da sociedade, e portanto ao objetivo de substituir por alguma forma de regularidade o que aparece à primeira vista como comportamento fortuito ou idiossincrático, ou de “domesticar” cientificamente o fortuito. Essa domesticação é indispensável, naturalmente, se se pretende ser fiel ao ideal de parcimônia científica e evitar um hiper-empirismo cego que não seria capaz, no limite, nem mesmo de descrever o que quer que seja. Ora, as regularidades a que temos de recorrer no contexto definido pela disputa em questão acham-se necessariamente referidas ao comportamento de *atores* encerrados em *ambientes* (estes últimos incluindo, naturalmente, aspectos que são materiais, sociais, sociopsicológicos etc.). Em princípio, é possível começar, ao buscar as fontes de regularidade nas ações, quer de características dos ambientes que de algum modo constroem os atores,

---

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 267.

<sup>10</sup> Cf. Adam Przeworski, “Marxismo e Escolha Racional”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no. 6, vol. 3, fevereiro de 1988, pp. 7 e 8.

quer de características dos próprios atores. Mas em qualquer caso a referência ao outro polo é inevitável, e haverá sempre pressupostos restritivos e “homogeneizantes” em qualquer nível analítico dado. As restrições de um ambiente supostamente homogêneo podem operar diferentemente sobre diferentes indivíduos (por exemplo, certas normas são mais plenamente interiorizadas por alguns indivíduos que por outros) – e o problema científico consistirá em ampla medida em estabelecer *categorias* de indivíduos nas quais essa operação diferencial se dá. Ao revés, indivíduos que se supõem, digamos, homogeneamente racionais agirão diferentemente de acordo com diferenças em seus ambientes – e o problema científico consistirá então em estabelecer *categorias* de ambientes que possam responder por tal comportamento diferencial<sup>11</sup>.

Creio existirem boas razões para se tomar como ponto de partida mais básico e parcimonioso o que se assenta na suposição de racionalidade dos sujeitos atuantes. Para destacar uma delas, penso que se pode mostrar, de acordo com posições sustentadas acima, que os principais ingredientes de uma abordagem “racional” estarão presentes sempre que se admita a característica *intencional* do comportamento – e estarão presentes, portanto, mesmo em abordagens convencionalmente “sociológicas”, de cujas proposições seria impossível fazer sentido, em última análise, na ausência desses ingredientes. Se o comportamento orientado por normas não é um comportamento meramente “causal”, isso se deve a que ele é ainda

---

<sup>11</sup> Um volume merece menção neste contexto em que o exame da abordagem da escolha racional leva a considerar a questão do caráter nomológico da ciência: refiro-me a Raymond Boudon, *La Place du Désordre*, Paris, Presses Universitaires de France, 1984. O volume se dedica à discussão de problemas epistemológicos das ciências sociais, com atenção especial para teorias de mudança social, e é inteiramente simpático às propostas da abordagem da escolha racional, apesar de designá-la por outros nomes. Mas Boudon pretende extrair de sua adesão a certos supostos básicos dessa abordagem razões para denunciar o que chama de “preconceito nomológico”, dedicando todo um capítulo à sua crítica. Contudo, salta aos olhos a inconsistência do esforço de Boudon a este respeito, pois o volume está carregado de passagens cruciais em que a crítica à nomologia vai por água abaixo no recurso implícito ou mesmo explícito ao papel de regularidades e leis na explicação sociológica adequada. Em particular, o papel atribuído às “estruturas de oportunidades” no condicionamento da conduta de atores supostamente racionais (veja-se, por exemplo, p. 98, a propósito da crítica da concepção nomológica contida na teoria do desenvolvimento econômico de E. Hagen) não tem como escapar, se pretende ser o fundamento para que se possa chegar a *explicações* que sejam satisfatórias como tal, da suposição de que as mesmas estruturas de oportunidades produzirão os mesmos resultados.

comportamento *racional*, ou seja, comportamento de um sujeito autônomo que pode avaliar por si próprio a situação em que tem de agir e ocasionalmente decidir mesmo pela transgressão da norma, optando pelas delícias do crime ou do pecado e por sofrer em seguida as sanções correspondentes – ou talvez escapar delas, e eventualmente ajudar a criar novas normas.

Mas o outro lado da moeda é que será sempre necessário especificar as categorias de ambientes em que os atores se movem e agem. E não vejo como, nessa tarefa, a abordagem da escolha racional, no que tem de distintivo em contraste com abordagens “convencionais”, possa legitimamente aspirar a *substituir* estas últimas. Tome-se, por exemplo, a formulação feita pelo próprio Przeworski, no artigo antes citado, da “questão central colocada pelo individualismo metodológico” (“sob que condições, de sempre a nunca, é a solidariedade [...] racional para os trabalhadores individuais ou para grupos específicos de trabalhadores?”), bem como a importante resposta que ele acredita ter-lhe sido dada por Michael Wallerstein: “determinados sindicatos tentarão organizar todos (e apenas) os trabalhadores que competem uns com os outros no interior do mesmo mercado de trabalho”, enquanto outros sindicatos “cooperarão uns com os outros [adotando, portanto, uma estratégia solidária “horizontalmente” – FWR] em pequenas economias obrigadas a depender do comércio exterior, mas procurarão cooperar com os empregadores se puderem beneficiar-se de qualquer forma de renda monopolística (especialmente proteção)”<sup>12</sup>. É bem claro que tanto a pergunta como a resposta apontam para a necessidade de conhecimento de natureza perfeitamente “convencional” e “sociológica” a fim de que se possa alcançar o diagnóstico das situações defrontadas pelos trabalhadores ou sindicatos: como se chega a saber o que é uma economia dependente do comércio exterior (e em que medida determinada economia exhibe essa característica), quais são as condições para que sindicatos particulares possam esperar contar com ganhos derivados de proteção,<sup>13</sup> como um

---

<sup>12</sup> Przeworski, “Marxismo e Escolha Racional”, p. 14.

<sup>13</sup> Em texto mais recente, Przeworski volta ao mesmo assunto de maneira que, pelas indagações que introduz, favorece o questionamento aqui feito: “Na Europa, um movimento sindical forte e centralizado se desenvolveu em pequenas economias abertas ao comércio exterior. (...) Wallerstein (...) sustentou recentemente que quando uma economia é demasiado pequena para adotar políticas protecionistas, os sindicatos não podem

sindicato particular chega originalmente a *ser* um sindicato? Acima de tudo, de vez que isto se refere à pergunta mesma enunciada por Przeworski e sugere circunstâncias em que ela teria de ser reformulada, não há situações em que a solidariedade entre os membros de um grupo é um *fato* a ser tomado como tal, e onde o problema consiste antes em estabelecer as condições em que o sistema solidário assim constituído poderia agir eficazmente (racionalmente) em busca de seus interesses solidários ou coletivos nas interações estratégicas em que se envolve com outros membros coletivos ou individuais de um sistema de interesses abrangente?<sup>14</sup> Não se ajusta isso ao caso dos sindicatos ou grupos de trabalhadores de que fala Przeworski?

Por certo, o grande mérito do individualismo metodológico ou, mais amplamente, da abordagem da escolha racional reside no vigor com que adverte para o caráter problemático do processo de formação de precisamente esses sujeitos coletivos ou sistemas solidários capazes de ação concertada, processo este que envolve ele próprio um ingrediente estratégico que muitas vezes tende a ser ignorado. Mas esse componente sadio de um sóbrio e comedido “individualismo” metodológico – que não requer, para começar, a suposição de motivação egoísta – não é fundamento para que se adote a ideia de um puro jogo de estratégia a ocorrer num vazio sociológico. Tal ideia se acha claramente presente em muito do que têm produzido os teóricos do individualismo metodológico, donde a pretensão de *substituir* a “sociologia” pelo modelo da escolha racional: com frequência, o paradigma por eles sugerido, com a preocupação de propiciar os “fundamentos micro dos fenômenos macro”, envolve, ao menos

---

compartilhar com as firmas das rendas de monopólio que estariam disponíveis em caso de protecionismo setorial, e optam, conseqüentemente, por uma atuação ‘solidarística’ destinada a pressionar por políticas de *welfare*. Como na América Latina existem vários países pequenos, de uma perspectiva européia é surpreendente que eles tendam ao protecionismo e que o movimento sindical se mostre fragmentado.” Veja-se Adam Przeworski, “Micro-foundations of Pacts in Latin America”, manuscrito, Universidade de Chicago, março de 1987, p. 4, nota 1.

<sup>14</sup> A dialética entre sistemas de solidariedade e sistemas de interesses é esboçada por Alessandro Pizzorno em “Introduzione allo Studio della Partecipazione Politica”, *Quaderni di Sociologia*, vol. 15, no. 3-4 (julho-dezembro de 1966), pp. 235-288, e retomada e elaborada em meu *Política e Racionalidade: Problemas de Teoria e Método de uma Sociologia Crítica da Política*, Belo Horizonte, Edições RBEP, 1984. Veja-se também “Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político”, capítulo 5 do presente volume.

implicitamente, a suposição de que seria necessário *inventar* por inteiro a sociedade partindo de meros indivíduos calculadores, *deduzir* aquela a partir destes. Sua visão da sociedade tipicamente a dissolve num “estado de natureza” no qual não há instituições, história, vínculos intergeracionais, grupos de qualquer tipo, lealdade ou solidariedade. Claramente, isso é um exagero sem conexão necessária com o conteúdo positivo da proposta da escolha racional. Se consideramos especificamente os problemas da política, o desafio e a promessa associados à ênfase na racionalidade e em seu inevitável componente instrumental me parecem consistir em apreender a maneira pela qual a tomada de decisões consciente e a conduta estratégica (a esfera da ação propriamente política) se articulam com o contexto institucional e sociológico que está, naturalmente, sempre presente. O esforço nessa direção parece necessário para evitar três postulados igualmente falaciosos que ocorrem com frequência como solução aos problemas metodológicos das ciências sociais: (a) o postulado do indivíduo isolado da ficção contratualista que se acaba de mencionar; (b) o postulado utilitarista da sociedade como um todo tomada como *a* unidade coletiva ou *o* sujeito coletivo, o qual resulta em modelos orgânicos ou cibernéticos da sociedade; e (c) o postulado da constituição automática e não problemática de sujeitos coletivos de natureza “parcial”, tais como os que dizem respeito às classes sociais, postulado este ao qual frequentemente recorrem muitos que não hesitam em questionar com veemência a adoção de suposições análogas para o caso da sociedade como um todo.<sup>15</sup>

### III

Em tudo o que se disse até aqui, um claro fio diretor pode ser encontrado na oposição de duas dimensões que ou se encontram subjacentes aos problemas conceituais ou emergem na superfície como antinomias explícitas: ideologia como visão do mundo sociocêntrica *versus*

---

<sup>15</sup> A crítica mais detida, nessa linha, dos exageros e equívocos da abordagem da escolha racional, bem como o exame de várias questões epistemológicas relacionadas, pode ser encontrada em meu *Política e Racionalidade*, especialmente a segunda parte, e também em “Mudança, Racionalidade e Política”, capítulo 1 do presente volume. Apesar das posições insustentáveis quanto à questão da nomologia acima comentadas, Raymond Boudon (*La Place du Désordre*) propõe um modelo básico de explicação que, nas relações de ida e volta que inclui entre os níveis “micro” e “macro”, me parece contornar adequadamente as principais dificuldades deparadas neste contexto.

ideologia política, sociologia convencional *versus* escolha racional, comunicação *versus* instrumentalidade, identidade *versus* intencionalidade, solidariedade *versus* interesses etc. Sustentei que a ideia de racionalidade contém em si mesma muito da tensão expressa nesses pares de categorias, e também que a postura epistemologicamente profícua envolve a integração ou o acoplamento das abordagens sociológica e da escolha racional, antes que qualquer pretensão de exclusividade. É bastante claro, em minha opinião, que a dialética entre as duas dimensões básicas subjacentes corresponde ao que será talvez a principal motivação das ciências sociais como tal, podendo ser formulada, por exemplo, em termos do velho problema de determinismo e liberdade. Essa dialética é certamente fundamental para uma ciência social que se pretenda crítica, cuja preocupação emancipatória geral coloca a um tempo os problemas instrumentais associados com a realização do *objetivo* da emancipação e o problema da *identidade* daqueles que deverão (autenticamente) emancipar-se a si mesmos.

Mas alguns avanços analíticos podem ainda realizar-se, acredito, se essa mesma dialética é examinada a um nível mais “concreto”, próprio da sociologia política, em que a ideia mesma de identidade revela forte ambivalência em suas relações com o lado instrumental da política. Tomem-se, por exemplo, as formas clássicas de movimentos políticos referidos a nacionalidades, grupos étnicos e classes sociais. Por um lado, tais movimentos tendem a apresentar-se como a expressão de coletividades cuja identidade parece de alguma forma prévia ou dada (adscrita), e é a referência aos fundamentos predeterminados da identidade que fornece, *prima facie*, a legitimidade de tais movimentos. Isso se liga ao fato de que as coletividades em questão são de tal natureza que se torna sem sentido, em princípio, a pretensão de associar a participação nelas a funções a serem preenchidas ou tarefas a serem executadas: trata-se aqui de “microcosmos” ou subculturas (às vezes designadas como grupos “multifuncionais” ou “suprafuncionais” na literatura sociológica) nos quais o indivíduo se encontra usualmente imerso de maneira complexa e abrangente, por contraste com as formas voluntárias e segmentárias de participação que são características de grupos “funcionais” tais como partidos, clubes etc. Essa natureza multifuncional adquire especial relevância antes de tudo por representar um fator decisivo (em conexão precisamente com o caráter não voluntário e adscritivo da participação) no importante papel desempenhado

por tal tipo de coletividade na conformação da identidade *pessoal* de seus membros: o próprio sentido de dignidade ou integridade pessoal é com frequência profundamente afetado pela inserção nesta ou naquela coletividade multifuncional e pela forma em que esta se relaciona com outras.

Por outro lado, o principal objetivo tipicamente buscado na ação política desenvolvida nos movimentos políticos em questão consiste precisamente em transformar a base da identidade coletiva e pessoal num problema de escolha voluntária e lúcida referida a fins a serem realizados. Isso se revela de maneira exemplar na ligação estabelecida na literatura marxista entre a identidade e a consciência de classe, de um lado, e, de outro, certa *ideologia política* (no sentido de Sartori) que aponta um trabalho a ser feito ou uma missão a ser cumprida. Particularmente do ponto de vista das classes dominadas, como se indicou acima, é justamente nessa conexão entre a identidade e tarefas a serem executadas, isto é, entre a identidade e a *instrumentalidade* da ação política, que reside a possibilidade de resistirem à penetração difusa das ideologias ou visões do mundo dominantes e assim livrarem-se da conformidade e da passividade – em outras palavras, erguerem-se como classes “para si”, supostamente capazes de ação coletiva. Observações análogas se poderiam fazer com respeito à transição da imersão ingênua e passiva em tradições étnicas e nacionais para a ação política referida aos interesses das etnias e nacionalidades correspondentes<sup>16</sup>. Assim, contra o jugo das visões do mundo “dadas” e a conformação por elas realizada da identidade coletiva e pessoal, a meta seria a de redefinir a questão mesma da identidade em termos de grupos “funcionais” com tarefas (políticas) a serem executadas, ou seja, trazer a vontade e a deliberação (e portanto a “descentração” cognitiva) à própria esfera da definição da identidade<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Um exemplo próximo é o representado pela doutrina do nacionalismo brasileiro tal como elaborada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) durante os anos 50. O “patriotismo” tradicional era aí oposto à defesa efetiva dos interesses econômicos do país, a qual era vista como a maneira adequada de se afirmar a identidade nacional.

<sup>17</sup> Isso se liga claramente à própria noção de autonomia e liberdade. Considere-se, por exemplo, a seguinte observação de Jon Elster: “Penso que a ideia subjacente à noção kantiana de liberdade é a de que o homem deveria, de alguma forma, *escolher-se a si mesmo*; ser livre não apenas no sentido fraco de agir de acordo com preferências consistentes, de

Essa meta pareceria alcançada – ainda em conexão com tais formas clássicas de movimentos políticos – quando se chega a ter as “identificações partidárias”. Pois seria de se supor que, com a ocorrência destas, ideologias políticas estruturadas e coerentes viessem a mediar a adesão a categorias coletivas multifuncionais, e que as identidades coletivas correspondentes viessem conseqüentemente a se tornar intelectualmente esclarecidas e lúcidas. Como se sabe, isso está longe de ser certo. Através de estudos tais como *The Social Democrats in Imperial Germany*, de Gunther Roth, para o caso dos partidos marxistas, os numerosos e sofisticados *surveys* da “escola de Michigan”, e muitos outros,<sup>18</sup> é agora de conhecimento corrente que o partido político, ao invés de ser o instrumento de uma identidade referida a entidades, categorias ou ideias que o extravasam, é com frequência *ele próprio* o foco ou objeto irrefletido de identidades coletivas e pessoais. As “identificações partidárias” assim estabelecidas não apenas tendem, em geral, a exibir grande estabilidade tanto no interior de dada geração quanto de uma geração a outra, bem como a ser em alguma medida independentes de bases sociais tais como as que correspondem às classes sociais; elas são também amplamente independentes do grau de organicidade ou de capacidade de estruturação cognitiva revelado pelos eleitores em sua percepção dos *issues* ou questões de natureza variada a comporem as ideologias políticas correntes. Por outras palavras, a identificação partidária *como tal*, a simples lealdade adquirida ou herdada para com determinado partido, tende a se tornar um fator decisivo no condicionamento da identidade politicamente relevante de muitos atores políticos.

Algumas conclusões provisórias podem ser extraídas dessas observações. Acima de tudo, a de que se é certo que a ação política envolve sempre, onde e como quer que se dê, um problema de identidade pessoal e de sua complexa articulação com este ou aquele foco de identidade coletiva, não há razão para supor que tal problema venha a ser sempre solucionado da mesma maneira. Fatores dados de identidade coletiva e grupos

---

qualquer nível, mas também no sentido mais forte de ter escolhido essas preferências.” (*Logic and Society*, Nova York, Wiley, 1978, p. 162.)

<sup>18</sup> Gunther Roth, *The Social Democrats in Imperial Germany*, Totowa, N.J., Bedminster Press, 1963. Um exemplo destacado dos estudos de Michigan é o clássico artigo de Philip E. Converse, “The Nature of Belief Systems in Mass Publics”, em David A. Apter (ed.), *Ideology and Discontent*, Nova York, Free Press, 1964. Veja-se também o extenso exame do tema da identificação partidária a ser encontrado em Ian Budge, Ivor Crewe e Dennis Farley (eds.), *Party Identification and Beyond*, Londres, Wiley, 1976.

“multifuncionais” correspondentes serão com frequência pontos de referência para a ação política – que, no entanto, fatalmente os redefinirá ao se desdobrar como tal. Por seu turno, as instrumentalidades mesmas da ação política podem vir – e tenderão mesmo com frequência – a constituir-se em focos de definição de identidades pessoais e coletivas. As ideologias enquanto “visões do mundo”, por difusas que sejam, podem naturalmente tornar-se ingredientes ou instrumentos de ideologias políticas de cunho estratégico e orientadas para a ação – assim como, simetricamente, os *issues* ou temas cognitiva e instrumentalmente articulados destas últimas podem vir a substituir visões do mundo “dadas” no condicionamento da identidade pessoal e política.

Ressalte-se, em particular, que essa dialética entre o instrumental e o expressivo na ação política transita sempre, de alguma forma, pelo plano do *cognitivo*, com respeito ao qual é indispensável ter presente a capacidade de estruturação e integração coerente que se destaca no sentido acima atribuído à “ideologia política”. Nesse sentido, atuação política ideológica é, a rigor, atuação política *issue-oriented* – ou seja, aquela forma de comportamento político em que o ator se encontra informado sobre os diversos aspectos do universo político em que atua e situa-se perante as questões da conjuntura política através do esforço de estabelecer sua conexão com o diagnóstico dos aspectos mais estáveis daquele universo. Se o jogo acima esboçado entre o instrumental (estratégico) e o expressivo ou simbólico (a identidade) é considerado a essa luz, vê-se que é possível distinguir algumas configurações mais ou menos claras a respeito: (a) uma condição em que se trata de identidades dadas ou adscritas, cognitivamente ingênuas e acrílicas, que não são como tal o objeto ou a referência de ações instrumentais ou estratégicas; (b) outra em que tais identidades, reflexivamente tomadas, passam precisamente a constituir o objeto de ação política estrategicamente orientada, quando a articulação cognitiva, nos planos sincrônico e diacrônico, da diversidade de aspectos do ambiente em que a ação se desenvolve se torna crucial, e prevalece a conduta *issue-oriented*; e (c) outra em que o próprio instrumental da ação política, em particular o partido ou o movimento organizado em torno de um ideário de maior ou menor sofisticação, se torna um ponto de referência importante ou mesmo decisivo para a conformação da identidade coletiva e pessoal. Naturalmente, outras possibilidades e mesclas se dão, e podem eventualmente mostrar-se mais ou menos relevantes em diferentes

contextos. Como quer que seja, a conjugação de identidade e instrumentalidade é uma questão complexa e aberta, e tais categorias estão longe de representar formas *alternativas* de conceber a política.

#### IV

Gostaria agora de ilustrar essas perspectivas a respeito da questão geral das relações entre identidade e instrumentalidade com recurso a duas áreas de problemas, a primeira tendo a ver com comportamento eleitoral e a segunda com relações raciais. Em ambos os casos estarei me referindo sobretudo a observações que se aplicam ao Brasil da atualidade, mas ambos me parecem permitir que se extraiam algumas lições comparativas de importância.

Começemos por alguns estudos de sociologia eleitoral relativos às últimas décadas da vida política brasileira, sobretudo ao processo eleitoral que teve lugar sob o regime autoritário de pós-1964. As análises de dados levantados em diversos momentos levaram a certo esquema interpretativo que pode ser descrito como uma integração de dois modelos bem conhecidos que aparecem na literatura sobre participação política, a saber, o modelo da “centralidade” e o modelo da “consciência de classe”<sup>19</sup>. O primeiro deles propõe uma relação causal entre a intensidade da participação política experimentada pelas pessoas e o grau de “centralidade” de sua posição social, isto é, o grau em que se mostram, tanto objetiva quanto subjetivamente, próximas ou integradas ao “núcleo” do sistema social geral em decorrência da posição ocupada numa série de variáveis, destacando-se a posição de classe ou o status socioeconômico (a dimensão “vertical” da centralidade) e a experiência urbana (sua dimensão “horizontal”): quanto mais alta a posição de classe e quanto maior a integração na vida das cidades, com sua contrapartida de alargamento do horizonte intelectual-psicológico e de maior exposição a informações de todo tipo, tanto maior a participação política. Já o modelo da consciência de classe, de inspiração marxista, vincula a participação política a “intensidade” e “clareza” da consciência alcançada pelos indivíduos de

<sup>19</sup> Ver também Pizzorno, “Introduzione allo Studio della Partecipazione Politica”, a respeito.

pertencerem a certa classe social: maior a consciência de classe (mais intensa, mais clara), maior a participação<sup>20</sup>.

A articulação que proponho entre os dois modelos refere-se ao fato de que, pelo menos nas condições brasileiras, os fatores associados com a “centralidade” da posição social geral não só afetam diretamente a participação política (em particular a eleitoral), mas também influem decisivamente sobre a possibilidade de que o modelo da consciência de classe venha ele próprio a atuar, bem como sobre as formas assumidas por tal atuação. A ideia geral – bastante ortodoxa, embora se torne talvez mais precisa ao se transpor nesta linguagem – é a de que as dimensões variadas da centralidade, conjugando-se, definem *contextos* que se mostram mais ou menos favoráveis à operação dos mecanismos sócio-psicológicos e intelectuais previstos pelo modelo da consciência de classe. Além disso, na medida em que a noção de centralidade inclui como dimensão saliente a própria posição de classe, ou fatores intimamente ligados a esta, o condicionamento exercido pelos fatores de centralidade sobre a participação político-eleitoral, ao filtrar-se em parte através dos mecanismos da consciência de classe, não pode deixar de ter consequências para a *direção* ou o *conteúdo* (conformista ou inconformista, conservador ou tendencialmente contestatário) da participação, à parte os efeitos sobre a maior ou menor *intensidade* dela<sup>21</sup>.

O resultado geral da teia de causalidade relativamente complexa que aí se vislumbra apresenta alguns traços destacados e relacionados. Em primeiro lugar, é fatal, nas condições da atualidade brasileira, que os membros das categorias sociais economicamente favorecidas sejam, em decorrência de sua posição social mesma, aqueles que manifestam maior grau de consciência de classe em seu comportamento político-eleitoral. São eles, por outras palavras, que mostram percepção mais refinada do universo político, estruturando-o de maneira a estabelecer correspondência mais nítida e coerente entre sua “visão do mundo” ou perspectiva sócio-política

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 261.

<sup>21</sup> Alguns textos do autor em que se discutem mais extensamente essas ideias e as verificações a serem apresentadas em seguida são: “Classes Sociais e Opção Partidária”, em Fábio W. Reis (org.), *Os Partidos e o Regime*, São Paulo, Símbolo, 1978; “O Eleitorado, os Partidos e o Regime Autoritário Brasileiro”, capítulo 10 do presente volume; e (em colaboração com Mônica Mata Machado de Castro) “Regiões, Classe e Ideologia no Processo Eleitoral Brasileiro”, capítulo 11 do presente volume.

básica, de um lado, e as posições mantidas com respeito aos diversos itens do debate político de uma conjuntura dada, de outro, bem como dando tradução mais consequente a essa estruturação em termos de opção eleitoral-partidária. Em segundo lugar, os “setores populares” tenderão a apresentar internamente formas de comportamento político heterogêneas e mesmo contrastantes: por um lado, tais setores são, globalmente considerados, aquela categoria que por definição sofre mais direta e maciçamente os efeitos da condição “marginal” ou “periférica” (em termos do modelo da centralidade); mas eles são também a categoria em que o impacto da alteração nessa condição por meio dos processos associados à industrialização e à urbanização mais se fará sentir sobre as disposições relativas à participação política – com a consequência de que se combinarão nessa categoria (por exemplo, de acordo com o caráter rural ou urbano de partes dela) inclinações acentuadamente conservadoras, marcadas por hábitos de deferência, e outras de sentido inconformista e reivindicante.

Ademais, essa combinação, na maior parte dos estratos populares do eleitorado brasileiro e mesmo independentemente, em alguma medida, de tratar-se de meio rural ou urbano, se traduz em algo que poderia talvez ser visto como uma ambivalência fundamental. Por um lado, trata-se aqui de eleitores caracterizados por serem politicamente alheios, com frequência propensos a atitudes de deferência e a se deixarem mesmo impregnar, no plano dos valores verbalizados, pela retórica empregada na propaganda de um regime autoritário como o que existiu até há pouco no país. De maneira não surpreendente, a maioria avassaladora dos que se incluem nessa fração do eleitorado se mostram desinformados e indiferentes com respeito aos grandes temas do debate político-institucional da atualidade brasileira. Mas isso não é tudo. Mesmo aquelas questões que se pode presumir que tenham impacto mais direto em sua vida cotidiana, tais como o custo de vida, estão longe de exibir, nos setores em questão, qualquer relação clara com o comportamento eleitoral. Não obstante, há, de outro lado, marcada e consistente tendência “rebelde” como característica majoritária do eleitorado popular: ela se manifesta, por exemplo, no fato de que, durante a vigência do autoritarismo, uma vez ultrapassado certo limiar de participação sócio-política geral (isto é, uma vez que se deixe a condição de estrita marginalidade, mais marcadamente distinguida por hábitos de deferência social e por total alheamento político, a ser encontrada nos

setores populares rurais e nos extremos de pobreza das populações urbanas), dá-se claramente a tendência ao voto de oposição ao regime.

Assim, no eleitorado popular, em cuja percepção não se integram senão precariamente os diversos aspectos ou dimensões do universo sócio-político, a opção eleitoral oposicionista parece ligar-se antes ao contraste vagamente apreendido entre o popular e o elitista (“pobres” *versus* “ricos”, “povo” *versus* “governo”), no qual se traduz uma insatisfação difusa incapaz de articular-se por referência a problemas específicos de qualquer natureza. Por outras palavras: votar na oposição é, para o eleitor em questão, um pouco como “torcer” por um clube popular de futebol – o Flamengo, digamos, para tomar talvez o mais popular deles. Mas o simplismo mesmo das percepções e imagens em que se baseia essa propensão é um fator a emprestar consistência e estabilidade aos padrões de votação popular. Assentada a poeira das perturbações do quadro partidário, vislumbrados, em seguida a cada rearranjo mais ou menos artificial ou imposto desse quadro, os novos contornos político-partidários da contraposição entre “povo” e “elite”, volta-se, como no populismo de pré-64 e no MDB de pós-64, ao leito “natural”. Temos, assim, uma espécie de “síndrome do Flamengo” que não apenas tende a negar a um regime autoritário como o que controlou o país até 1985 a possibilidade de verdadeira legitimação pela via eleitoral como também faz do populismo, na atualidade brasileira, uma fatalidade, desde que as condições institucionais permitam um jogo político razoavelmente aberto e sensível perante o eleitorado.

Voltemo-nos agora para a questão racial. Como se sabe, o Brasil é uma sociedade racialmente heterogênea, cuja população é parcialmente negra, parcialmente branca e parcialmente de ascendência autóctone (além da imigração de origem asiática), com alto grau de miscigenação e uma ideologia oficial de “democracia racial”. Por certo, observa-se a existência de preconceito e discriminação raciais, particularmente contra os negros. Mas parece sustentável que a situação a este respeito é bem diferente – para melhor – da que prevaleceu tradicionalmente, por exemplo, nos Estados Unidos: além do fato de que as linhas de estratificação racial parecem bem menos rígidas no Brasil, não há a memória de ódio racial existente naquele país.

Pois bem. De um ponto de vista normativo, é patente que a existência de preconceito racial e de discriminação baseada em características raciais representa um aspecto odioso da estrutura social brasileira que cumpre combater e suprimir. Aventuro-me a propor, contudo, apesar de reconhecer que se trata de terreno delicado e polêmico, que daí não se segue que a luta pela melhoria das relações raciais no Brasil deva passar necessariamente, como pretendem alguns, pela afirmação de uma identidade negra como tal. Por certo não seria o caso de tomar como modelo a respeito a experiência dos Estados Unidos, onde a amarga memória de ódio racial não permite contemplar como solução plausível para o problema racial senão a de uma espécie de “federação” de grupos raciais, os quais viriam eventualmente a relacionar-se igualitariamente, mas de maneira pelo menos latentemente hostil, “de potência a potência”. No caso do Brasil (em parte como decorrência da ideologia de democracia racial e do ingrediente paternalista que tem marcado as relações raciais, apesar do que ambos envolvem também de mascaramento e mistificação), haveria talvez razões para esperar que condições de efetiva igualdade racial viessem a implantar-se sem a passagem pela fase da afirmação beligerante. Evitar a passagem por tal fase pareceria um requisito para que se pudesse aspirar a uma condição “final” em que se tivesse, além da igualdade real, o convívio relaxado e fraterno entre as raças: note-se que, diferentemente do que ocorre com as classes sociais, onde se pode conceber um processo de luta resultando na *eliminação* das classes como tal e na criação de uma sociedade sem classes, no caso das raças a luta deverá ser seguida pela convivência (igualitária, no melhor dos casos) das raças que tenham lutado, se se exclui a hipótese absurda – e racista – da eliminação de qualquer delas. Por certo, pode dar-se o caso de que a criação de uma sociedade racialmente igualitária no Brasil venha a exigir a neutralização de uma identidade racial negativa *já efetivamente existente* entre os grupos de cor, caso em que se tornaria inevitável a passagem pela etapa da afirmação psicossocial da identidade coletiva por parte de tais grupos. Este aspecto envolve, porém, uma questão *empírica* de grande complexidade e com respeito à qual não cabe simplesmente supor que estejamos suficientemente esclarecidos, nem muito menos derivar de tal suposição prescrições problemáticas e que encerram grandes riscos do ponto de vista do objetivo de uma sociedade igualitária e *harmônica*.

Indaguemos agora qual o interesse de tudo isso do ponto de vista de nossa discussão teórica. Se começamos pelas observações relativas ao processo político-eleitoral brasileiro, um ponto a destacar é o de que muito do que se disse deve certamente explicar-se em termos de *identidade*. Isso se aplica especialmente à “síndrome do Flamengo” característica dos setores populares do eleitorado, com respeito à qual a ideia de que o eleitor expressa uma identidade ao votar parece ser a única maneira de dar conta de um padrão que revela a curiosa mistura de amorfismo ou fluidez e consistência. Mas note-se que neste caso temos identidade de uma certa *espécie*, que apresenta claro contraste seja, por exemplo, com o caso de determinado tipo de eleitor americano que se identifica fortemente com um dos partidos embora mostrando reduzido grau de sensibilidade e consistência ideológicas, seja com o caso de um suposto eleitor europeu ideologicamente sensível e *issue-oriented*, quer identificado com um partido ou independente. No caso do eleitor de tipo “Flamengo” estamos no nível de identidades sociais espontâneas e rudimentares que não foram trabalhadas politicamente – algo como uma matéria-prima sociológica apenas superficialmente tocada pelas “instrumentalidades” da vida política. De maneira correspondente, há também variados *graus* de política – de sensibilidade e envolvimento políticos – nos três casos, que crescem à medida que passamos do eleitor brasileiro da “síndrome do Flamengo” para o eleitor ideológico e *issue-oriented*. E esse grau diferencial de envolvimento político (estratégico, instrumental...) acha-se obviamente relacionado com questões de natureza cognitiva ou intelectual que são de suma importância do ponto de vista da inserção de determinado ator na vida política.

Mas a identidade está sempre em jogo. Ela está em jogo na “síndrome do Flamengo” em que os “pobres” são contrapostos aos “ricos” e que fornece o terreno para a política populista, da mesma forma que está em jogo na “identificação” herdada com Democratas ou Republicanos, nos Estados Unidos, ou na “identificação” supostamente *issue-oriented* do trabalhador europeu com este ou aquele Partido Socialista. Naturalmente, do ponto de vista da ambivalência da própria identidade com respeito à dicotomia instrumental-expressivo, é importante assinalar que o que varia nesses diferentes casos é o grau em que uma “ideologia política”, no sentido de Sartori, se faz presente na situação, assim como o papel que exerce na definição da identidade.

Quando nos voltamos para o problema racial brasileiro, vemos que aí se trata talvez ainda mais claramente de problemas de identidade, pois ser negro, branco ou o que quer que seja numa sociedade racialmente heterogênea parece colocar diretamente uma questão de identidade. Contudo, além da mera observação factual de que uma certa identidade pode encontrar expressão deficiente na arena política e estratégica devido a problemas de natureza cognitiva (observação já permitida pelo caso do eleitor “Flamengo”), no caso das relações raciais encontramos fundamento para questionar a *própria desejabilidade normativa* da tradução estratégica e política de certa identidade (negra) – e mesmo, na verdade, da emergência *social* efetiva daquela identidade como tal.

Um desdobramento crucial de toda essa discussão pode ser formulado em termos de que dizer que a política tem a ver com identidades – como pretendem alguns opositores da abordagem da escolha racional no estudo da política<sup>22</sup> – é dizer demais, por um lado, e muito pouco, por outro. Demais, pois há amplo espaço para o aparecimento de identidades pessoais e coletivas que não são, como tais, políticas em qualquer sentido da palavra que não seja inaceitavelmente fluido. E muito pouco, porque é precisamente a aplicação de *estratégia* (com seus ingredientes cognitivo-instrumentais) a focos latentes ou efetivos, sociais ou individuais de identidade que nos traz ao reino da política. Como fecho destas notas, direi apenas algumas palavras sobre os elos subjacentes aos diversos aspectos dessa proposição e sobre a forma em que se liga com a perspectiva normativa indicada brevemente nos comentários dedicados às relações raciais.

## V

A ideia central, que se acha claramente ligada a passos anteriores nesta discussão, é a de que a noção de autonomia pode ser entendida de duas maneiras. Ela pode significar, em primeiro lugar, uma espécie de *afirmação* espontânea do eu. Neste sentido, ela sugere ideias tais como a de uma “personalidade forte”, onde o ideal envolvido é o de dar vazão de maneira irrefletida aos impulsos e motivações de qualquer tipo. O segundo sentido é antes o de *autocontrole*, onde o principal elemento é precisamente

---

<sup>22</sup>. Veja-se, por exemplo, Alessandro Pizzorno, “Sulla Razionalità della Scelta Democratica”, *Stato e Mercato*, no. 7, abril de 1983.

o de reflexividade e lucidez com respeito aos motivos e objetivos próprios e suas relações com objetivos outros e talvez mais importantes a que eventualmente se aspire.

A partir daí, a observação importante a assinalar relativamente às ideias acima esboçadas é o claro vínculo existente entre a autonomia como auto-afirmação, por um lado, e a noção de “adscrição” e de imersão social irrefletida, por outro. Assim, se se admite, numa perspectiva crítica, um ideal emancipatório em que se destacam a reflexividade e a lucidez como componentes indispensáveis da expressão autêntica do eu – vale dizer, se se reclama a extensão da deliberação livre e esclarecida ao próprio plano da definição da identidade e de um correspondente ideal de autonomia –, é então necessário que se busque a *individuação*, ou aquela condição em que se elimine a definição social das identidades e em que qualquer forma mesmo residual de adscrição se torne irrelevante. Isso significa que questões que digam respeito a identidade ou caráter deveriam decidir-se, em última análise, no nível estritamente individual – e leva, do ponto de vista de mecanismos organizacionais ou institucionais, ao requisito de uma forma intransigente de pluralismo na qual as coletividades ou os grupos sociais de qualquer tipo venham a representar apenas o resultado de coalizões voluntárias e necessariamente provisórias e cambiantes de indivíduos livres. Ademais, qualquer esforço de produção deliberada de identidades coletivas deve ser visto com suspeita, tanto mais se se baseia em critérios rigidamente adscritivos – a menos que se constitua em instrumento na própria luta contra fundamentos adscritivos de dominação, caso em que deveria conter um importante elemento de autocritica e visar claramente, em última análise, à eliminação da relevância social de qualquer atributo ou característica de natureza adscrita.

Portanto, se a política é, do ponto de vista analítico, a esfera por excelência da aplicação de instrumentalidade e estratégia a identidades socialmente dadas de qualquer espécie (e aos interesses ou objetivos que lhes digam respeito), do ponto de vista normativo ela se torna o instrumento que permite neutralizar a operação cega justamente de tais identidades. No limite, teríamos indivíduos livres em busca de seus objetivos lúcidos (*instrumentalidade*, e necessariamente também *estratégia*, de vez que os agentes empenhados em tal busca são múltiplos), mas em condições nas quais o autocontrole enseja a *comunicação* e torna possível mitigar e disciplinar o jogo estratégico. Assim, se absorvida criticamente, a

abordagem da escolha racional, com sua ênfase na individualidade e na racionalidade, termina por fornecer – independentemente de sua acuidade descritiva, que é por certo limitada, e de sua força analítica, que acredito ser apreciável – algo que pode ser visto como um adequado (e apropriadamente “realístico”) ponto de referência *normativo*.